

## BREVÍSSIMA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

BRIEF HISTORY OF SOCIAL AND EDUCATIONAL MOVEMENTS IN THE CITY OF SÃO PAULO IN THE 1970S AND 1980S

BREVE HISTORIA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y EDUCATIVOS EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO EN LOS 70 Y 80

*Maria Crisneilandia Bandeira de Oliveira*  
(SEEduc/SP, Brasil)

*Carlos Bauer*  
(UNINOVE, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.694>

**RESUMO:** o artigo faz parte de um conjunto de pesquisas sobre a história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, preocupado em localizar a presença e a importância dos movimentos sociais e populares, políticos e educacionais que se processaram na cidade de São Paulo, ao longo das décadas de 1970 e 1980, influenciando na constituição histórica do Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo (SEDIN). A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, trazendo entrevistas realizadas com ativistas sindicais, o exame da literatura acadêmica correlata ao tema estudado e o uso ilustrativo de fontes iconográficas e filmicas pertinentes ao período histórico educacional analisado. Verificou-se que as lutas sociais por creches protagonizadas na década de 1980 foram precursoras das reivindicações que resultaram em consistente evolução no Sistema Público Municipal de Educação Infantil na cidade de São Paulo.

**Palavras-chave:** História da Educação, Movimentos Sociais e Educação, Trabalhadores em Educação, Creche, Educação Infantil.

**ABSTRACT:** The article is part of a set of researches on the history of workers' associations and unionism in education, concerned with locating the presence and importance of social and popular, political and educational movements that took place in the city of São Paulo, throughout from the 1970s and 1980s, influencing the historical constitution of the Union of Workers in the Early Childhood Education Units of the Direct and Municipal Network of the Municipality of São Paulo (SEDIN). The methodology used is of a qualitative nature, bringing interviews with union activists, the examination of the academic literature related to the studied subject and the illustrative use of iconographic and film sources relevant to the educational historical period analyzed. It was found that the social struggles for daycare centers carried out in the 1980s were precursors to the demands that resulted in consistent evolution in the Municipal Public System of Early Childhood Education in the city of São Paulo.

**Keywords:** History of Education, Social Movements and Education, Education Workers, Day Care, Early Childhood Education.

**RESUMEN:** El artículo es parte de un conjunto de investigaciones sobre la historia de las asociaciones de trabajadores y el sindicalismo en la educación, preocupadas por localizar la presencia e importancia de los movimientos sociales y populares, políticos y educativos que tuvieron lugar en la ciudad de São Paulo. A lo largo de las décadas de 1970 y 1980, influyendo en la constitución histórica del Sindicato de Trabajadores de las Unidades de Educación Infantil de la Red Directa y Municipal del Municipio de São Paulo (SEDIN). La metodología utilizada es de carácter cualitativo, aportando entrevistas realizadas a sindicalistas, el examen de la literatura académica relacionada con el tema estudiado y el uso ilustrativo de fuentes iconográficas y cinematográficas relevantes para el período histórico educativo analizado. Se encontró que las luchas sociales por las guarderías llevadas a cabo en la década de 1980 fueron precursoras de las demandas que resultaron en una evolución consistente en el Sistema Público Municipal de Educación Infantil en la ciudad de São Paulo.

**Palabras clave:** Historia de la Educación, Movimientos Sociales y Educativos, Trabajadores de la Educación, Guarderías, Educación Infantil.

## Introdução

A preocupação com a presença dos movimentos sociais, políticos e educacionais na cidade de São Paulo, nos idos dos anos de 1970 e 1980, nos remetem a necessidade acadêmica de elaborarmos alguns apontamentos pertinentes a formação social desta conflituosa municipalidade brasileira, como um preâmbulo ao estudo que estamos realizando sobre a história do Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo (SEDIN).

As consequências das mudanças econômicas e o vertiginoso crescimento urbano são componentes significativos para a construção dos cenários que envolvem a compreensão crítica das lutas sociais protagonizadas na capital paulista em sua secular historicidade.

Nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais que irromperam por todos os cantos e arrabaldes da cidade, possuíam bandeiras e reivindicações distintas, mas, com pontos em comum, como é o caso da luta pelo direito à educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos paulistanos.

Esse percurso nos parece ser importante de ser resgatado com a preocupação de compreendermos as raízes históricas do movimento sindical dos educadores da infância e da valorização da atuação dos trabalhadores em educação das creches municipais, suas ações, formas organizativas e reivindicações corporativas, entre outras, para conseguir a transferência das creches para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), o seu reconhecimento social e a legalização dos seus direitos profissionais.

## **Crescimento urbano e desigualdades sociais na Grande São Paulo: a eclosão dos movimentos sociais**

Paul Singer (1977, p. 124) estudou o desenvolvimento de metrópoles urbanas e o crescimento do capital colocados em marcha a partir de 1930, período clássico da compreensão da virarem que se operou no país, até então, tendo como centralidade o setor agrário exportador, para uma sociedade urbana industrial, com isso, nos informando que a concentração do capital em São Paulo, a partir dos anos de 1950, já era uma das maiores da América Latina, com a instalação de grandes indústrias, com destaque para o setor automobilístico, de eletrodomésticos e de máquinas pesadas.

Esse quadro de expansão provocou mudanças econômicas, com a constituição dos imponentes setores terciário, de serviços, financeiro e o aumento considerável de trabalhadores que começavam a chegar de diferentes partes do país e do exterior com o intuito de encontrar melhores condições de vida e vender seu labor nas plagas paulistas.

São Paulo apresentava seguidas taxas de crescimento econômico, mas, a inexistência de políticas distributivas da renda socialmente produzida, trouxe a pobreza e o agravamento dos problemas de ordem estrutural envolvendo a questão da moradia, dos transportes, da potabilidade da água, do saneamento básico e da educação, se multiplicaram exponencialmente.

Por exemplo, a problemática da moradia trouxe um sem número de ocupações desordenadas, formando, no início dos anos de 1950, os primeiros “núcleos de moradores” (SPOSITO, 1984, p. 177), que passavam a compor os cenários periféricos da capital, como verdadeiros aglomerados de marginalizados sociais.

Com o crescimento urbano, o aumento das correntes migratórias e da expansão de atividades econômicas desacompanhados de políticas de distribuição de renda, desnudam as múltiplas carências experimentadas pela população das periferias paulistas, que procuram se organizar em diversos movimentos reivindicatórios para o atendimento de suas mais básicas e elementares condições de existência física e social.



Moradores da Fazenda da Juta.  
Fonte: Deocleciana Ferreira (2018).

Um dos episódios mais marcantes da história das lutas sociais registrados na cidade de São Paulo se deu, em 1977, na zona leste da capital, quando um contingente enorme de trabalhadores, em sua maioria, provenientes da região Nordeste do Brasil, desprovidos das condições mais elementares de vida e sem moradia, se organizaram com apoio de ativistas de esquerda, dos setores progressistas das igrejas católicas e protestantes, ocuparam algumas glebas da antiga Fazenda da Juta, construindo em forma de mutirão suas casas e exigindo das autoridades o reconhecimento do seu direito de posse e da efetivação dos serviços urbanos que eram facultados às e vilas e aos bairros paulistanos.

Também nesse mesmo período, mais precisamente, no dia 27 de agosto de 1978, tivemos a vigência histórica de uma das maiores manifestações populares contra a política econômica recessiva do governo ditatorial civil-militar, quando o Movimento Custo de Vida (MCV), utilizando-se de recursos rudimentares, redes invisíveis e subterrâneas de organização social, mobilizou milhares de trabalhadores urbanos e levou pelo menos 20 mil pessoas para participar de um ato público em defesa da democracia, do direito de livre organização e a protestar contra as arbitrariedades governamentais.



Panfleto do Movimento Custo de Vida.  
Fonte: Acervo dos autores.

A esse propósito, Sposito (1984, p. 179) observa que, esses movimentos sociais, após década de 1940, em São Paulo, assim como, em vários países europeus,

tiveram suas origens nos efeitos das desigualdades decorrentes de aplicação diferenciada dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados citadinos.

Essa conjuntura marcada pelo abandono das questões sociais, favoreceu a emergência dos protestos e das mobilizações sociais ocorridas nesse período em São Paulo. Além do mais, com o crescimento urbano a cidade passou a ser o principal ponto de concentração dos meios de produção do país, reprodutora da força de trabalho e de consumo. “É importante observar que, na Grande São Paulo (área metropolitana), a porcentagem da força de trabalho empregada em serviços subiu de cerca de 50% em 1940 e 1950 para 60% em 1960” (SINGER, 1985, p. 124).

São Paulo tornou-se uma cidade em permanente expansão, a oferta de trabalho aumentava, os serviços se ampliavam com ofertas em distintas áreas terciárias da economia dita de serviços: hoteleiras, atividades financeiras, clubes de campo, serviços domésticos, além dos empregos tradicionais oferecidos pelas atividades produtivas e fabris.

Com essas áreas econômicas em expansão a cidade crescia em números de habitantes e na oferta de empregos, mas, também, em cifras de desempregados, devido à falta de um planejamento adequado de urbanização, como, aliás, bem observou Paul Singer: “Parece não haver dúvidas que às vantagens, que foram sobremaneira agravadas pela ausência de um adequado planejamento a longo prazo” (Ibid., p. 125).

## **1970 – 1980: presença política, reivindicações sociais e educacionais na cidade de São Paulo**

Ao longo da década de 1970, São Paulo haveria de permanecer como o principal agente de centralização do capital presente no Brasil, exigindo do Estado não apenas o exercício do controle e da dominação da classe trabalhadora, por intermédio de ações policiais e pautadas pela violência policial, mas, a necessidade de incrementar “uma política mais efetiva de atendimento às necessidades da força de trabalho” (GOHN, 1985, p.73).

Nessa perspectiva, vamos encontrar, na ordem do dia, uma grande moção da massa popular, engajados na tentativa de alterar a relação entre o Estado autoritário, decorrente do Golpe de 1964 no país, a sociedade civil e as mobilizações populares.



Foto 3 - Manifestação popular na Praça da Sé, São Paulo (SP)-  
Fonte: Alessandro de Moura (2015).

Essa presença de novos atores na cena social e política, ao longo da década de 1980, caracterizou-se como um período de lutas e reivindicações no campo educacional brasileiro e, mormente, na cidade de São Paulo, assistimos significativas mobilizações e movimento sociais na área da educação.



Foto 4 - Comissão do Movimento Custo de Vida, Fonte: Movimento (suplemento Assuntos, set./1978).  
Fonte: Agência Estado.

O Movimento de Luta por Creches (MLC) é um dos mais lembrados na história da Educação Infantil paulistana, mas, também, foi um período de muitas outras reivindicações, tanto de caráter mais geral, de defesa dos valores da cidadania, do direito à moradia e a saúde pública, do combate à pobreza e a alta do custo de vida, quanto de lutas específicas, como foi o caso dos movimentos pela regularização dos chamados loteamentos clandestinos, instalação de linhas de ônibus e de trem, o fornecimento de água, tratamento de esgotos e a expansão da rede elétrica pelos bairros mais ermos da cidade.

As lutas gerais são protagonizadas em sua maioria por grupos pertencentes às classes populares e trabalhadoras, mas, as chamadas camadas médias da população se organizam e se manifestam no interior dos combates perpetrados e mobilizadas pelo movimento estudantil, de negros, das mulheres, dentre outros que sacudem o dia a dia da urbe. "Eles atuam mais no plano ideológico, de formação de uma concepção e consciência dos interesses dos subordinados" (GOHN, 1985. p. 75).

Nesta percepção, as ações da classe trabalhadora denunciam os abusos e a exploração, contribuindo para o desenvolvimento de novas relações sociais, traduzindo-se em mecanismos de participação e de consciência política, permitindo oportunidades de abertura de novos caminhos para a resolução dos problemas em curso.

Uma das características, das formas organizativas dos chamados movimentos sociais populares urbanos (MSPU) dizem respeito as suas participações articuladas aos partidos políticos atuantes na sociedade, fato esse que gerou muitas discussões entre os seus estudiosos, em linhas gerais, se apresentando da seguinte maneira:

1º) Os movimentos sociais populares representam um fato político novo na história político-social brasileira; constituem um avanço na organização das classes populares; devem se desenvolver, automaticamente, sem se vincular a partidos, pois estes são estruturas de representação velhas e insuficientes na sociedade atual.

2º) Os movimentos sociais constituem formas importantes de mobilização e organização da população, mas possuem sérias limitações, dadas pelo caráter localista de suas ações. Para seu desenvolvimento eles necessitam se articular aos partidos políticos (ou a outras formas de organizações mais amplas), como a única alternativa capaz de aglutinar e levar as lutas populares a um projeto de transformação social (GOHN, 1985, p. 80-81).

Diante das diferentes posições apresentadas observamos que cada uma traz uma concepção de partido, do próprio movimento social e, também, de como o movimento pode ser um incentivador do processo de transformação social. Por sua vez, também é importante lembrar que, a conjuntura política vigente de 1964 até os estertores da década de 1970, oportunizou a união de diversificadas forças

políticas oposicionistas, que se amalgamaram em torno da consigna “abaixo a ditadura”!

De fato, os movimentos sociais e populares urbanos, os sindicatos, os setores progressistas, da teologia da libertação, as instituições da sociedade civil, os partidos políticos clandestinos e de esquerda serão importantes articuladores da revitalização e do surgimento dos novos personagens sociais e dos partidos políticos institucionalizados que haveriam de assumir papéis cruciais no processo de redemocratização que se anunciava para o país.

Ao compor a Mesa redonda - Mães da Periferia, a resistência das mulheres na Ditadura Militar, realizada no Auditório Milton Santos, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), no dia 02 de maio de 2018, Ana Dias<sup>1</sup>, organizadora do Clube de Mães e participante ativa dos movimentos sociais e populares na Zona Sul de São Paulo, nos trouxe o seu emocionado depoimento sobre o significado político-pedagógico dessas históricas jornadas de luta:

Aprendemos muito na rua, debater com outras pessoas, a enfrentar polícia. A gente não ia pra rua de 'alegre', tinha uma coordenação, que passava a informação pros grupos de mulheres, que repassava para a família e o marido, o marido levava pra fábrica, a fábrica levava até o Sindicato, então era um círculo que aumentava e todo mundo enxergava (Ana Dias, 2018).



Foto 5 - Manifestação contra a morte de Santo Dias na Praça da Sé.  
Foto: Nair Benedicto. Fonte: Jornal A Verdade.

---

<sup>1</sup> Para ter acesso ao depoimento de Ana Dias, é oportuno assistir ao vídeo (USP, 2020).

Em novembro de 1979, durante a realização da mobilização grevista dos trabalhadores metalúrgicos da cidade de São Paulo, Santo Dias, uma das lideranças mais expressivas da oposição sindical desta aviltada categoria, foi brutal e covardemente assassinado pelas forças da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O cortejo fúnebre de Santo Dias trouxe para a Praça da Sé uma multidão de mais de 30 mil pessoas que protestavam contra o assassinato do líder dos trabalhadores, exigiam o fim da ditadura, o direito livre organização política e sindical no país.

## **Um balanço das lutas sociais e dos movimentos populares urbanos por educação na cidade de São Paulo na década de 1980**

Ao longo da década de 1980, os movimentos sociais protagonizados nas periferias da cidade de São Paulo que exigiam a ampliação do acesso às creches e à educação básica, pública e gratuita, serão largamente estendidos. Sposito (1993), diz que a presença e a organização dessas agitações populares foram registradas com maior intensidade nas regiões sul e leste de São Paulo, sendo importante frisar que a maioria das reivindicações estão em torno das questões educativas.

De fato, gradativamente, vamos encontrar formas mais homogêneas de atuação da classe trabalhadora, orientados pelos mesmos padrões urbanos de efetivação da exclusão social num vastíssimo conjunto de vilas e bairros da capital paulista.

Conforme detalhado por Marília Pontes Sposito (1993, p. 153), as vilas e bairros que, então, compunham, cada subdistrito eram essas: Área I – composta por: Jardim América, Jardim Paulista, Indianópolis, Perdizes, Pinheiros, Cambuci, Vila Madalena. Área II – composta por: Cerqueira César, Santa Cecília, Aclimação, Bela Vista, Liberdade, Alto da Mooca. Área III – composta por: Consolação, Vila Mariana, Bom Retiro, Belenzinho, Ipiranga. Área IV- composta por: Lapa, Barra Funda, Santa Efigênia, Mooca, Pari, Sé, Brás. Área V – composta por: Ibirapuera, Saúde, Santana, Tatuapé, Butantã. Área VI – composta por: Casa Verde, Penha, Tucuruvi, Vila Maria, Limão, Vila Formosa, Vila Matilde, Vila Guilherme. Área VII – composta por: Santo Amaro, Jabaquara, Vila Prudente, Vila Jaguara, Nossa Senhora do Ó, Pirituba, Cangaíba. Área VIII – composta por: Capela do Socorro, Vila Nova Cachoeirinha, Ermelino Matarazzo, Itaquera, São Miguel (Itaim), Brasilândia, Jaraguá, Guaianases, Parelheiros.

Cerca de 26% das reivindicações registradas pela imprensa, entre 1970 e 1985, partiram dos subdistritos de Santo Amaro (VII) e Capela do Socorro (VIII), no extremo sul da cidade; 14% Cangaíba (VII), Ermelino Matarazzo (VIII), Itaim Paulista

(VIII) e São Miguel (VIII); 10% de Guaianazes (VIII), Itaquera (VIII), Vila Matilde (VI) e Vila Prudente (VIII); e 10% do norte da cidade, originadas de Pirituba (VII), Jaraguá (VIII), Perus (VIII), Nossa Senhora do Ó e Brasilândia (VIII). Esses lugares reunidos condensam 60% das reivindicações do período registradas pela imprensa (Ibid., p. 134).

As populações carentes desses subdistritos reivindicavam a abertura de vagas e, também, de equipamentos educacionais, creches e escolas, que iam desde a educação infantil à secundária. Eram reivindicadas 1.621 vagas, sendo que 66% dessas solicitações estavam para as regiões VII e VIII, com observação para os subdistritos de para Santo Amaro e Capela do Socorro que, juntos somavam 30% do total de bairros que lutavam para a conquistas de novas unidades educacionais ou para a melhoria das unidades existentes.

No que no concerne as nossas preocupações ulteriores, de maior atenção, ao ensino infantil, o Estado recebeu a maior pressão pelo atendimento para as demandas em torno de expansão da rede, inclusive, por aqueles dias, “cerca de 47% dos encaminhamentos referem-se a construções escolares, de unidades de primeiro e segundo grau ou pré-escola” (Ibid., p. 135).

Algumas das solicitações estavam em sintonia com a universalização do ensino primário, como também para a construção de novos prédios escolares. Além disso, vamos encontrar preocupações com a qualidade da educação, pois, com a precariedade e a falta de espaços educativos próprios para atender a crônica pendência de escolas públicas nas regiões periféricas da cidade, o processo de ensino e aprendizagem era ainda mais prejudicado.

Muitos artífices dos movimentos populares em defesa da ampliação do acesso à escolarização pública, partiam do princípio de que, com estruturas próprias e adequadas para o atendimento das crianças e jovens em idade escolar, a melhoria na educação aconteceria, pois, entre outras coisas, seria possível almejar nesse novo ambiente, laboratórios, bibliotecas, quadras para esportes, etc.

As formas organizativas e de encaminhamento das reivindicações pela melhoria e qualidade do ensino são substancialmente significativas nesse período e, essas exigências, também eram para o enfretamento de problemas estruturais, como é o caso do incremento de políticas educacionais de atendimento de acesso

e permanência, abertura de classes às crianças excepcionais<sup>2</sup>, que não conseguiam passar da primeira série do Ensino Primário.

Para se ter uma ideia do descaso das autoridades públicas como essas questões, os registros desses acontecimentos mostram que “nos órgãos públicos atingiram 30% das reivindicações e na imprensa cerca de 60% dos encaminhamentos” (SPOSITO, 1993, p. 139).

**TABELA 1: Número de reivindicações por Educação Infantil – SME – entre os anos de 1983 a 1985.**

Ano	Encaminhamento	Reivindicações	Encaminhamentos atendidos
1983	112	65	58%
1984	190	78	41%
1985	188	97	51%
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>240</b>	<b>49%</b>

Fonte: Sposito (1993, p. 147).

O número de reivindicações para a pré-escola aparece nos encaminhamentos dirigidos ao Poder Municipal, entre os anos de 1983 e 1985, com uma contagem de 51%. Esses números representam um problema recorrente, desde governos anteriores e, nesse momento estabelecia grau de divisões de funções, que designava principalmente a responsabilidade de expansão e oferta de educação infantil a obrigatoriedade da Prefeitura e a expansão do ensino de primeiro ao Poder Estadual, sendo que, a gestão do Governo Mário Covas tinha dado preferência as criações de unidades de ensino supletivo de primeiro e segundo graus.

<sup>2</sup> Termo utilizado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 para designar pessoas com algum tipo de deficiência ou demência. No que se refere ao campo educacional, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, a terminologia correta é muito importante, para isso, a partir de 1980, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a falar pela primeira vez em pessoas com deficiências. No caso educacional, pessoa com deficiência e necessidades educativas; desvio mentais, deficiências sensoriais, desordens do comportamento, deficiências múltiplas e graves. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

Devido à grande mobilização ocorrida nessa década pela expansão do ensino de primeiro e segundo grau, é que a luta por educação infantil e por creche tornaram-se uma batalha diária, de grande enfrentamentos com governos, existia a necessidade de reconhecimento dessa etapa da educação, ampliação dos equipamentos para atendimento da demanda e o reconhecimento profissional da categoria como educadoras e educadores da infância.

Claudete Alves presidente do Sindicato dos Educadores da Infância no Município de São Paulo (SEDIN), em depoimento que nos foi concedido, trouxe um pouco de sua experiência como professora na educação infantil e, também, sobre a sua atuação no Movimento de Luta por Creche.

Então, essa questão da educação, desde muito jovem eu estou envolvida, porque eu participei de alguns movimentos de lutas por creches públicas na cidade de São Paulo, final da década de 1970, início da década de 1980 e foi por conta dessa participação que eu terminei indo trabalhar como pajem, era pajem nessa época, lá em um conjunto habitacional em Itaquera (ALVES, ENTREVISTA, 2019).

A entrevistada nos falou sobre as dificuldades de ser professora da infância na década de 1980 na cidade de São Paulo. A creche não era vista como espaço de aprendizagem para a primeira infância e, sim, um lugar para as famílias proletarizadas e empobrecidas materialmente deixarem seus filhos enquanto trabalhavam, por isso, a atuação das professoras eram crivadas de preconceitos, recebiam a denominação de “pajem” e não eram consideradas, formal e institucionalmente, educadoras.

O ‘pajem’ era uma denominação preconceituosa, que como as autoridades não viam esse atendimento como educação. Paulo Freire na época já dizia, na publicação, ‘Professora sim, Tia não’, bem lá da década de 1980, ele já enfatizava isso, mas como era política pra mulheres pobres, um lugar para as mulheres deixarem seus filhos para trabalharem, então pouco importava com o perfil desse profissional, era uma reprodução da *roda dos excluídos*, mas feita de uma política pública mais ampliada, então a gente já entra com o objetivo de mudar isso, eu fazia parte de um grupo de militantes, Cristina Westphild, Mirian Tronolloni, que eram assistentes sociais mas que já tinham essa compreensão, de que profissional tinha que ser esse, qual era o movimento, então assim, a briga para sair daquela questão doméstica, do maternal, de ser só um direito da mulher trabalhadora, mas esse atendimento ser um atendimento educacional às crianças brasileiras independente de sua condição social foi algo que já norteava as nossas militâncias, desde então (ALVES, ENTREVISTA, 2019).

Para uma melhor compreensão desse período, Sposito (1993), faz uma análise do quadro político da época, apresentando uma nova configuração desde as eleições estaduais de 1982, que marcaram uma significativa vitória dos candidatos oposicionistas, renunciavam o início da decadência dos governantes e parlamentares vinculados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e adeptos do regime autoritário.

A vitória dos candidatos vinculados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), expressava uma esperança de mudanças, traduzidas no grande

contingentes de votos, que soube carrear, como também na expressiva votação e vitórias obtidas pelos candidatos dos demais agrupamentos da oposição entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas, houve, também manifestações de inconformismo desassociado das questões sociais mais candentes por aqueles que optaram pela candidatura derrotada de Jânio Quadros ao governo do Estado de São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No Estado de São Paulo, pelo menos, desde a vitória de André Franco Montoro, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1982, se aprofundaram as diferenças que caracterizavam os múltiplos agrupamentos que constituíam a legenda, caminhando para uma série de rupturas com alguns dos seus membros *autênticos*. Com uma possível mudança na configuração política no país, mormente, em São Paulo, “o governo Montoro deveria realizar o prometido trinômio de sua campanha salarial: participação, descentralização e geração de empregos” (SPOSITO, 1993, p. 108).

Durante o primeiro semestre de 1983, o governador ao assumir a administração do Estado, logo encontrou um amplo movimento dos desempregados, com a efetivação de saques permanentes em diversos pontos da cidade, fatos decorrentes em grande parte pela crise econômica que atingiam em cheio os trabalhadores e produziam altos níveis de desemprego.

Não bastasse isso, o governo tinha uma herança de endividamento desde a gestão anterior, de Paulo Maluf, num cenário de agravamento da crise econômica, que trouxe a retração da receita estatal e deixou como consequência o descompromisso com o atendimento das reivindicações populares.

Em meio a esses acontecimentos, os compromissos com a participação popular na gestão governamental não serão encarados como uma prioridade descaracterizados, algo que emblematicamente representado com a prerrogativa do governador Montoro manter a indicação de Mário Covas para prefeito da capital sem adotar quaisquer mecanismos de consulta popular.

Os reflexos de uma gestão sem participação das massas ocasionaram os primeiros embates grevistas com diferentes categorias do funcionalismo público, demonstrando a impossibilidade de comunicação e a busca de entendimento com os representantes dos movimentos reivindicatórios.

## **Gestão do governo Covas: divergências políticas e participação popular**

No plano da municipalidade paulistana, a gestão de Mário Covas voltou-se para os problemas da periferia, por meio de uma política de conciliação do MDB, utilizando-se de recursos financeiros disponíveis, que eram insuficientes mediante os problemas urbanos apresentados, e ainda, submetidos aos cortes orçamentários decorrentes da recessão que se instaurara no país desde 1980 (SPOSITO, 1993, p. 109).

Nesse contexto de prejuízos e insatisfações, os movimentos populares passam a viver uma conjuntura complexa, que incluía divergências políticas e disputas de hegemonias junto a base e seus grupos e, também, deslocamentos de quadros para o interior da máquina administrativa que se verificava com a chegada da oposição no poder municipal.

Nesse âmbito de crescentes divergências políticas, tratava-se de analisar uma possível democratização da educação pública paulistana, de melhoria das suas estruturas físicas e capacitação dos seus profissionais expressa na presença de importantes intelectuais da área educacional presentes na gestão emedebista à frente do poder municipal, na qual, "ora concretizada em algumas medidas, ora consubstanciada em mero jogo de palavras sem significado substantivo – as demandas por educação pública ocorrem nesse período" (Ibid., p. 110).

Porém, as práticas clientelistas de outrora não haviam superadas, com a seletividade de algumas Sociedades Amigos de Bairros (SABs) no encaminhamento ao gabinete municipal das reivindicações da população suburbana. As solicitações, nesse momento, passaram a ser em torno da universalização do acesso ao ensino de primeiro grau, com exigências de prédios definitivos e não mais em torno de classes emergenciais e o uso de prédios deteriorados e não adequados às práxis educativas.

Como tentativa de uma resposta às incontáveis pendências na esfera da educação pública, as autoridades do Estado e do Município se utilizaram do subterfúgio da diminuição de horas ociosas das unidades existentes mediante o aumento de períodos, e também, com a oferta dos cursos noturnos que na ocasião era uma das exigências da população, porém, no que tange a capital paulista, até o momento tinham sido recusadas pela própria Secretaria Municipal de Educação (SME).

Para o atendimento da demanda escolar, surgiu um terceiro turno diário nas pré-escolas, era uma espécie de solução paliativa e imediata para os compromissos assumidos com a expansão da rede de atendimento da escolarização da infância.

Divergências ocorreram sobre essa decisão, tanto por parte do corpo de professores, quanto pelas associações de classe, mas, era o que o governo poderia oferecer diante das crescentes pressões populares que rondavam o dia a dia do governo municipal e exigiam soluções definitivas destes problemas com a construção de novos equipamentos de ensino para o atendimento dos estudantes de primeiro grau e da educação infantil.

De fato, entre os anos de 1983 a 1985, esse foi um assunto recorrente no gabinete do prefeito, com um número significativo de encaminhamentos registrados, sendo que do seu total “40% referem-se ao crescimento da pré-escola” (SPOSITO, 1993, p. 111).

Em uma análise correspondente à gestão de Mário Covas (1983-1985), a Cidade de São Paulo teve um significativo número de aumento de creches, “tendo sido colocadas em funcionamento 113 equipamentos da rede direta, 24 indireta e 77 conveniada” (PANIZOLLO, 2017, p. 11).

## **Expansão dos equipamentos educacionais: da creche à educação infantil**

A década de 1980 também foi cenário de adversidades, no que diz respeito ao Movimento de Luta por Creches em São Paulo. Durante a gestão municipal paulistana de Jânio Quadros (1986-1988), foi extinta a Secretaria da Família e do Bem Estar Social (FABES), que era responsável pela manutenção das creches, sendo que suas atividades foram realocadas no âmbito da Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES), designada a cuidar das creches e de outros serviços sociais, inclusive, com entidades privadas preocupadas com o atendimento da infância, estabelecendo “inicialmente 13 convênios com entidades sociais que mantinham essas instituições” (GODOI, 2015, p. 19).

Em meio a esses acontecimentos, o Movimento de Luta por Creches não se dava por satisfeito e, pressionava o município para a construção da rede de creches plenamente sustentada pelos recursos públicos, estabelecendo também, a participação da sociedade, desde a escolha do corpo de funcionários à orientação pedagógica.

As creches já usufruíam de estrutura que determinava diretrizes gerais para o funcionamento, tais como, programação do quadro de pessoal, sistematização e projeto arquitetônico. Referente às propostas educativas, essas, ainda seguiam uma linha compensatória, na época o que vigorava no órgão do Bem-Estar Social.

Porém, à medida em que essas instituições cresciam no município, propagavam-se indagações sobre as práticas, buscando novos modelos.

Os responsáveis pela FABES, entre 1982 e 1985, traziam para o debate público e revelavam uma preocupação com a concepção de creche, publicando um documento intitulado "Proposta de Reprogramação de Creches". Em linhas, gerais, esse documento procurava contemplar a fundamentação de uma concepção de creche como equipamento social e espaço de convivência e de desenvolvimento do processo educativo, compreendendo suas dimensões, social, pedagógica e política, "o que sinaliza uma preocupação com a questão educacional" (Ibid., p. 19).

A análise do crescimento do número de creches na capital, desde a mobilização do Movimento de Luta por Creches, mostra que o mesmo foi se compondo de vários setores da sociedade como; grupos feministas, organizações de bairro, intelectuais e foram influenciados pela capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores com a erupção das grandes greves no fim dos anos de 1970.

A urdidura e o desenvolvimento deste movimento possibilitaram alcançar resultados positivos para as reivindicações em torno de questões como a edificação de mais espaços que pudessem atender os filhos dos trabalhadores e, conseqüentemente, trouxessem a criação de novas unidades de atendimento para a educação infantil.

Estudiosas desta questão, como é o caso de Fúlvia Rosemberg, Maria M. Malta Campos e Lenira Haddad em suas pesquisas sobre "A rede de creches no Município de São Paulo", (1991) comentam que, após anos de 1978 e 1979, passou a vigorar uma série de artefatos legislativos para a obrigação de órgãos e empresas estaduais a manterem Centros de Convivência Infantil (CCIs), para atendimentos dos filhos dos funcionários, até completarem a idade de 6 anos.

Com a expansão da rede e da contratação de pessoas especializadas para o atendimento em unidades de creches, exigia-se pensar na formação dos profissionais que lidavam diretamente com as crianças, a escolaridade exigida até o momento era que, possuíssem a 4ª série do ensino primário. Ainda na Gestão de Covas, os professores reivindicavam a nomenclatura de professores de educação infantil e que, esse importante momento da escolarização da criança, fosse incluído como a primeira etapa da Educação Básica.

Dessa maneira, estendia-se um longo debate sobre a atividade de pajem e da função social da creche, era preciso uma melhor definição do trabalho desses educadores e educadoras. Essa discussão permanece no governo de Jânio Quadros, sendo a função de pajem eliminada, dando lugar para o Auxiliar de

Desenvolvimento Infantil (ADI) instituído pela Lei 10.430<sup>3</sup> que, reorganizou os quadros de pessoal da administração pública municipal e do Tribunal de contas do Município.

Após 1983, podemos constatar a expansão do número de creches e atendimentos, com base nos relatórios feitos pelos técnicos da própria SEBES ou por pesquisadores externos. Esse período já se caracterizava como sendo da chamada “transição democrática”, em que a organização popular apresentava diferentes configurações, marcando a história recente das creches na cidade, inclusive, no relacionamento com os diferentes governos, ainda nomeados, de Reynaldo de Barros, do Partido Democrático Social (PDS) (1978-1982); Mário Covas, do PMDB (1982–1985); e os eleitos, de Jânio Quadros (1986–1988) e da petista Luiza Erundina, a partir de 1989 (ROSEMBERG; CAMPOS; HADDAD, 1991).

**TABELA 2: Número de equipamentos construídos e alugados nas últimas três gestões da década de 1980.**

Governos	Ano do mandato								Total
	1º		2º		3º		5º		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Reynaldo de Barros</b>	0	0,0	14	11,7	57	47,5	49	40,8	120
<b>Mário Covas</b>	66	60,0	5	4,6	39	35,4	0	0	110
<b>Jânio Quadros</b>	1	2,8	5	14,3	29	82,9	0	0	35

Fonte: Rosemberg; Campos; Haddad (1991).

Sobre os números, é importante ressaltar que alguns equipamentos, iniciada a construção na gestão de Reynaldo de Barros foram terminadas na administração de Mário Covas, sendo que, tanto a gestão de Mário Covas, quanto a de Jânio Quadros receberam mandatos de 3 anos à frente da prefeitura.

Percebe-se, também, uma aceleração de subsistemas de creches diretas no governo de Reynaldo de Barros, o que respondia as reivindicações do Movimento de Luta por Creches. O período que diz respeito a gestão de Mário Covas observa-

<sup>3</sup> A Lei 10.430, de 29 de fevereiro de 1988 – Esta lei dispõe sobre a reorganização dos Quadros de Pessoal da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, reenquadra cargos e funções, reordena os Grupos estabelecidos pela Lei nº 8.183, de 20 de dezembro de 1974, e nº 9. 167, de 3 de dezembro de 1989, cria novas Escalas de Vencimentos e institui diretrizes básicas na área de administração de pessoal.

se um maior número de crescimento de creches indiretas, sendo 18% desses equipamentos repassados às instituições privadas.

Por sua vez, o governo de Jânio Quadros, apresentou um número crescente de creches do setor conveniado, sendo 22 equipamentos, dos 35 colocados em funcionamento.

**TABELA 3: Número de equipamentos colocados em funcionamento por mandato de cada prefeito, segundo a modalidade de creche.**

Creches	Governos Anteriores	Reynaldo de Barros (4 anos)	Mário Covas (3 anos)	Jânio Quadros (3 anos)	Total
Diretas	4	120	110*	35	269
Indiretas	21	02	24	06	53
Conveniadas	74	63	77	22	236

\* Revista Magistério / Secretária de Educação – São Paulo; SME / COPED, 2017, p. 11, o número apresentado por Panizollo é de 113 equipamentos para a rede direta.

Fonte: Rosemberg, Campos, Haddad (1991)

A consideração mais geral que fazemos sobre este período é de que os movimentos pela expansão, acesso e a qualidade da educação pública em São Paulo é um componente importante de uma série lutas sociais, de raízes muito remotas e profundas, de constantes enfrentamentos com as forças do *stablishment* político, econômico e social, bem como com os poderes estabelecidos, a administração municipal e estadual presentes na capital paulista.

## Considerações finais

As lutas populares por creches e por educação infantil têm origens muito remotas, cresceram com a industrialização paulistana e ganharam corpo e animação específica, na década de 1970, com o Movimento de Luta por Creches.

Este movimento social fortaleceu, ao longo dos anos 1980, com reivindicações de expansão do número de unidades, questionamentos da carência de vagas e da qualidade no atendimento às crianças, que tiveram e continuam tendo sua infância roubada e são, crônica e precocemente, proletarizadas no Brasil!

No sentido de lutas mais amplas, cabe ressaltar que, os Movimentos Populares Urbanos (MPU), em defesa da educação pública introduziram novas práticas coletivas trazendo para o campo da educação dinâmicas inusitadas de organização, do encaminhamento das reivindicações e da participação popular, incorporando diferenciados seguimentos da sociedade no embate das políticas educacionais, até então, sem quaisquer visibilidades, com suas vozes por muito tempo caladas e oprimidas e que emergiam na forma de protestos no interior da vida social.

A luta de muitas décadas pela consagração da creche como instituição educativa é conquistada mediante muitos esforços; movimentos sociais urbanos de luta por creche foram pioneiros para que esse direito fosse conquistado e instituído pela Carta Constitucional. Depois com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069/90 e pela Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trouxe a implementação de políticas voltadas à educação da infância de 0 a 6 anos, incluindo a criança como sujeito de direitos, devendo ser prioridades das políticas públicas integradas.

Para tanto, havia a necessidade de mudanças, de superação de barreiras impostas até o momento, desvincular as creches do setor da Assistência Social propondo uma integração entre creche e pré-escola valorizando o desenvolvimento integral da criança. O artigo 89 da LDBEN, designava que as creches e pré-escolas deveriam, no prazo de três anos, a contar do prazo de promulgação da Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino, saindo da Secretaria de Assistência Social (SAS) para a Secretaria Municipal de Educação (SME).

Nessa perspectiva, o desafio dizia respeito à organização da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo, as crianças de 0 a 3 anos em creches e as de 4 a 6 anos em escolas de Educação Infantil, sendo que estas duas redes concebiam a carreira do magistério de maneiras distintas, e ainda, duas redes e secretarias diferentes para o atendimento, bem como um prazo para que as creches pudessem integrar-se aos sistemas municipais de ensino.

Quando pensamos a inclusão educacional como um direito social, tomando como referência a estrutura socioeconômica das últimas décadas, segundo o relatório feito pelo Observatório dos Direitos do Cidadão (2002), referente aos anos de 1989 a 2000, percebemos um crescimento da miséria, incluindo as dificuldades de acesso aos bens de consumo e o desemprego na Cidade de São Paulo.

No que se refere a questão educativa, a construção da cidadania como direito universal, buscando uma transformação coletiva da sociedade, a construção dessa

cidadania precisa, acima de tudo, de uma vontade política dos governantes, perpassando pelos investimentos público que implique no atendimento à demanda, garantindo o acesso e a permanência dos cidadãos em todos os níveis educacionais na escola.

Concluimos que, a Educação Infantil ainda não chegou de forma democrática a todas as camadas da população paulista, quicá brasileira, requer acima de tudo, políticas sociais que caminhem juntamente com as educacionais, objetivamente, trazendo para primeira infância a vigência histórica desta conquista da cidadania, presente na Constituição Federal Brasileira de 1988. Entendendo-a como um direito inalienável da infância e das famílias, ao cesso, a qualidade e a permanência para o desenvolvimento pleno e integral da criança, independentemente, de sua condição de classe e posição social.

## Referências

ALVES, Claudete. **Entrevista**. Por Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira e Carlos Bauer. São Paulo, 29 de maio 2019, gravação mp3.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. De 13 de junho de 1990.

DIAS, Ana. **Depoimento**. Mesa redonda realizada no Departamento de Geografia da USP - Auditório Milton Santos, no dia 02 de maio de 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=35&v=RRZtEeFITOM&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?time_continue=35&v=RRZtEeFITOM&feature=emb_title) – Acesso em: 15 de maio de 2020.

GODOI, Lídia. A construção das creches/ CEIs no Município de São Paulo: percursos, percalços e conquistas. **Revista Magistério**. *Secretária Municipal de Educação*. 2015 – São Paulo: SME / DOT, nº 2.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Editora: Vozes, 1985.

PANIZZOLO, Claudia. **E as crianças:** notas sobre a história das creches em São Paulo. **Revista Magistério.** Secretária Municipal de Educação. São Paulo: SME / DOT, nº 2. 2015.

ROSEKBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria M. Malta; HADDDBD, Lenira. **A rede de creches no município de São Paulo.** - São Paulo: DPE/FCC, 1991.

SEDIN. **História:** Disponível em: <http://sedin.com.br/new/index.php/historia-sedin/> - Acesso – 02/11/2017.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo. Ed. Brasiliense, 10ª edição, 1985.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo.** São Paulo. Ed. Loyola, 1984.

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda:** a luta por educação nos movimentos populares. Hucietec: Edusp. São Paulo, 1993.

USP. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. **Mães da Periferia, a resistência das mulheres na Ditadura Militar** (Parte 2). São Paulo: 2018. Disponível em <https://youtu.be/RRZtEeFIT0M>, acesso em 28/10/2020.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira**

Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), onde conclui o Doutorado em Educação. Atua como professora da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8639-5071>

E-mail: [neybandeira2000@yahoo.com.br](mailto:neybandeira2000@yahoo.com.br)

### **Carlos Bauer**

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. É Pesquisador do Conselho Nacional

de Ciência e Tecnologia (CNPq). É autor, entre outros, dos livros *“Reflexões sobre o tempo e a história: a memória e a utopia na escola”*, editado pela Paco Editorial, *“História e Consciência de classe na educação brasileira”* e *“A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo – elementos de história e questionamentos políticos”*, ambos editados pela Sundermann.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1031-5631>

E-mail: [carlosbauer@pesquisador.cnpq.br](mailto:carlosbauer@pesquisador.cnpq.br)

Submetido em: 12/05/2020

Aprovado em: 15/09/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)